

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-431-3 DOI 10.22533/at.ed.313192506  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO VOL. 1

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, foram reunidos 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	
Paulo Roberto Silva Sheila Venancia da Silva Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARQUITETURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Paulo Emílio Gomes Nobre Adriano de Souza Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>15</b>
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Izabel de Lourdes Gimenez Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>34</b>
APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DE SITUAÇÕES PROBLEMA: UM ESTUDO DE CASO	
Janete Aparecida Guidi Viviane Gislaine Caetano Auada Elsa Midori Shimazaki Rozana Salvaterra Izidio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3131925065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>48</b>
CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	

DOI 10.22533/at.ed.3131925066

**CAPÍTULO 7 ..... 54**

CONHECIMENTO PRÉVIO COMO MATÉRIA PRIMA PARA O APRENDIZADO: TEORIA DE DAVID AUSUBEL SOB O OLHAR DE MARCO ANTÔNIO MOREIRA

[André Luiz Borges da Silva](#)

[Thaís Ayres da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925067

**CAPÍTULO 8 ..... 61**

CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

[Aline Soares Guimarães](#)

[Angélica Marinna Cardoso Mota](#)

[Camila Alves Lima Gomes](#)

[Sinara Pollom Zardo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925068

**CAPÍTULO 9 ..... 76**

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

[Caroline Thaís Both](#)

[Andressa da Silveira](#)

[Cristina Numer](#)

[Neila Santini de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925069

**CAPÍTULO 10 ..... 88**

DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES COM CÂNCER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Cristina Bressaglia Lucon](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250610

**CAPÍTULO 11 ..... 99**

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

[Taiana Furtado dos Anjos](#)

[Allan Rocha Damasceno](#)

[Pedro Clei Sanches Macedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250611

**CAPÍTULO 12 ..... 111**

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DOS SUJEITOS APRENDENTES

[Gleiciane Álice Oliveira de Carvalho](#)

[Andrezza Belota Lopes Machado](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250612

**CAPÍTULO 13 ..... 124**

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

[Thais da Silva Oliveira](#)

[Gabriela Brutti Lehnhart](#)

Sabrina Fernandes de Castro

DOI 10.22533/at.ed.31319250613

**CAPÍTULO 14 ..... 136**

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM GRUPO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Regina Alves André

DOI 10.22533/at.ed.31319250614

**CAPÍTULO 15 ..... 146**

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello

DOI 10.22533/at.ed.31319250615

**CAPÍTULO 16 ..... 157**

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Marcus Edson Carilo de Mello Vieira

Tâmara Gabriella de Souza Cardoso

Joslei Viana de Souza

DOI 10.22533/at.ed.31319250616

**CAPÍTULO 17 ..... 164**

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COMO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiana Neves Bertolin

Edí Marise Barni

DOI 10.22533/at.ed.31319250617

**CAPÍTULO 18 ..... 175**

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane

Isabel Matos Nunes

DOI 10.22533/at.ed.31319250618

**CAPÍTULO 19 ..... 189**

OS PARQUES INFANTIS: ANÁLISE LEXICAL DE TEXTOS SOBRE ESSES ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Aline de Novaes Conceição

DOI 10.22533/at.ed.31319250619

**CAPÍTULO 20 ..... 199**

PEDAGOGIA HOSPITALAR E INCLUSÃO: UM DIREITO À EDUCAÇÃO

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro

Maria Roseane Gonçalves de Menezes

Jocilene Maria da Conceição Silva

DOI 10.22533/at.ed.31319250620

**CAPÍTULO 21 ..... 208**

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATITUDES SOCIAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO INTRODUTÓRIO

Felipe Rodrigues Martins

Sandra Regina Barbosa  
Edicléa Mascarenhas Fernandes  
DOI 10.22533/at.ed.31319250621

**CAPÍTULO 22 ..... 215**

PISTOLA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR, CAMINHOS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Giovana Toscani Gindri  
Nathalia Neresi Pavanelo  
Raquel Brondísia Panizzi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31319250622

**CAPÍTULO 23 ..... 227**

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz  
Divina Elecir de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.31319250623

**CAPÍTULO 24 ..... 237**

PROTAGONISMO DO CORPO DISCENTE COMO PRÁTICA INOVADORA E INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FTESM

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves  
Viviane da Costa Bastos

DOI 10.22533/at.ed.31319250624

**CAPÍTULO 25 ..... 249**

TECNOLOGIA ASSISTIVA: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO CONTO E RECONTO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Débora Deliberato  
Fernanda Delai Lucas Adurens

DOI 10.22533/at.ed.31319250625

**CAPÍTULO 26 ..... 260**

MODOS DE SER AMOROSO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO SURDO NA SUA RELAÇÃO COM UM OUVINTE: O CASO DA PELÍCULA JAPONESA “HIDAMARI GA KIKOERU” (2017)

DE DAISUKE KAMIJÔ

Rute Léia Augusta da Silva  
Hiran Pinel  
Vitor Gomes

DOI 10.22533/at.ed.31319250626

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 275**

## JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

**Thais da Silva Oliveira**

Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria – Rio grande do Sul

**Gabriela Brutti Lehnhart**

Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria – Rio grande do Sul

**Sabrina Fernandes de Castro**

Departamento de Educação Especial, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria – Rio grande do Sul

**RESUMO:** Este trabalho trata de um estudo desenvolvido ao longo do curso de licenciatura em Educação Especial/noturno, da Universidade Federal de Santa Maria. Durante este período desenvolvemos uma pesquisa cujo objetivo geral foi identificar a existência de instituições especializadas que recebem pessoas com deficiência após conclusão do período escolar, verificando se ocorre a preparação do sujeito para as questões da vida adulta, bem como habilidades relacionada com independência pessoal e social. A pesquisa se constituiu em entrevistas semi-estruturada, tendo como participantes os profissionais de Educação Especial, Assistente Social e Terapia Ocupacional de três instituições especializadas, que tem atendimento direcionado a pessoas com deficiência, localizadas na cidade de Santa Maria/RS. A análise dos dados teve

como base algumas categorias que balizaram a discussão dos resultados: Os primeiros passos para a chegada do sujeito na instituição e a organização dos profissionais; Autonomia e Independência na Vida Adulta; e a Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. Observou-se nas instituições, um trabalho amplo que respalda as questões da vida adulta, mobilizando a família e, de certo modo, a sociedade para receber o sujeito com deficiência no âmbito social e de trabalho, buscando ainda desenvolver ou potencializar a autonomia dos mesmos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial, Vida Adulta, Instituições Especializadas

**ABSTRACT:** This work deals with a study developed during the graduation course in Special Education /night of the Federal University of Santa Maria. During this period we developed a research whose general objective was to identify the existence of specialized institutions that receive people with disabilities after the conclusion of the school period, checking if the preparation of the subject occurs for the issues of adult life, as well as skills related to personal and social independence. The research consisted of semi-structured interviews, with the participation of Special Education, Social Work and Occupational Therapy professionals from three specialized institutions, which are

addressed to people with disabilities, located in the city of Santa Maria / RS. The analysis of the data was based on some categories that led to the discussion of the results: The first steps towards the arrival of the subject in the institution and the organization of the professionals; Autonomy and Independence in Adult Life; and the Insertion of Persons with Disabilities into the Labor Market. It was observed in the institutions, a broad work that supports the issues of adult life, mobilizing the family and, in a way, the society to receive the subject with disability in the social and work scope, also seeking to develop or enhance their autonomy.

**KEYWORDS:** Special Education, Adult Life, Specialized Institutions

## 1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida ao longo das disciplinas de Investigação e Orientação na Educação Especial (I a VII) do curso de licenciatura em Educação Especial, noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo das referidas disciplinas são identificar a pesquisa como prática da formação e da atuação do educador especial e, ainda, refletir e produzir pesquisa a síntese de relações que os fundamentos da educação especial.

Assim, no decorrer das disciplinas desenvolvemos a pesquisa cujo objetivo geral foi identificar a existência de instituições especializadas que recebem pessoas com deficiência após conclusão do período escolar, verificando se ocorre a preparação desse sujeito para as questões da vida adulta, bem como habilidades relacionada com independência pessoal e social.

A temática escolhida para o trabalho, surgiu do interesse obtido através do contato com pessoas com deficiência e seus familiares, através da nossa formação, do nosso cotidiano e/ou do nosso trabalho. Sabemos que esses sujeitos, ainda crianças e adolescentes, irão crescer e se tornar adultos, o que gera uma grande preocupação a seus pais, gerando, também, uma certa insegurança. Esse fato suscitou-nos diversas inquietações, que foram trabalhadas nessa pesquisa.

É notório que os estudos relacionados as pessoas com deficiência estão concentrados na fase infantil e/ou escolar, o que nos leva a refletir sobre as pessoas que já passaram por estas fases. Sujeitos que já estão com seus vinte, trinta anos ou mais, em que lugar estão se as escolas não podem mais os receber? Onde e como são tratadas as pessoas adultas com deficiência, são poucos os registros sobre a inserção delas no mercado de trabalho e nos outros âmbitos sociais. Constatado esses fatos nos instigaram ainda mais a aprofundar esse assunto.

Para tal, buscamos na cidade de Santa Maria as instituições especializadas de atendimento a pessoas adultas com deficiência, com o propósito de compreender como acontece o encaminhamento desses sujeito até esses locais, seja para fazer parte do mercado de trabalho, ou para desenvolver atividades sobre as questões da vida adulta. E também entender, como são planejadas as atividades realizadas nessas

instituições.

Assim, o foco está na questão: “E quando se tornam adultos?” Tomamos por base, a maioria, quando somos capazes de ser responsáveis por nós mesmos e por nossas atitudes, quando nos tornamos financeiramente independentes, buscamos constituir família, ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho. A transição para vida adulta envolve, também, a capacidade para utilizar o transporte, participar de momentos de lazer e sociais, vida familiar, levando em consideração as particularidades de cada indivíduo.

Neste sentido, uma das questões da vida adulta que destacamos é a inserção no mercado de trabalho, que apresenta grande importância sobre a autonomia e independência dos sujeitos, possibilitando a participação ativa na sociedade e, também, oportunidade de convivência em outros âmbitos, além do familiar e institucional.

Em contrapartida, algumas barreiras dificultam a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Tanaka e Manzini (2005) mostram que aspectos relacionados ao processo de escolarização, falta de qualificação e dificuldade na autonomia e independência, são grandes desafios para a plena colocação dessas pessoas no mercado de trabalho.

Por muito tempo, as instituições especializadas foram as responsáveis pela aprendizagem das pessoas com deficiência. Oportunizando aos alunos, preparação para atividades sociais, mercado de trabalho, atividades pedagógicas e isso fez com que se levantem algumas questões sobre a inclusão, pois normalmente, o convívio nestes espaços é restrito, sendo somente com outras pessoas com deficiência, profissionais e familiares.

Percebe-se, ainda, que o trabalho dessas instituições possui grande importância para o desenvolvimento de algumas pessoas com deficiência. O Art. 10, das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), destaca que o atendimento em instituições especializadas é importante para os casos de alunos que necessitam de atenção maior a alguns aspectos que não cabem a escolas comuns:

Os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social; recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementando, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas da saúde, trabalho e assistente social. (BRASIL, 2011, p.73).

As instituições que desenvolvem um trabalho articulado entre profissionais da saúde e educação, podem preparar os sujeitos adultos para uma vida autônoma e independente. As atividades de vida prática (cuidados pessoais, manuseio de dinheiro, cuidado de casa, atividades de lazer, entre outras), trabalhadas desde a infância são fundamentais para esse objetivo, principalmente na fase adulta.

Nesse sentido, as instituições especializadas escolhidas para pesquisa têm como principal missão prestar serviços de assistência social no que se diz respeito a

melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência. Esse escolha deu-se pelo fato de direcionarmos nosso olhar para a vida adulta.

## 2 | METODOLOGIA

O tipo de pesquisa utilizado neste trabalho foi de cunho qualitativo em que optamos por utilizar o método Exploratório para conduzir a pesquisa, tendo em vista, conforme Gil (2006) que o método exploratório proporciona maior familiaridade com o problema. Assim, o foco foi o levantamentos bibliográficos e entrevistas com pessoas que possuem experiências com o problema da pesquisa.

Este trabalho foi organizado a partir da coleta de dados que aconteceu em três instituições especializadas da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que contassem com jovens e adultos com deficiência. O primeiro contato com as instituições foi via telefone, em que explicamos o teor da pesquisa e agendamos o horário para realização das entrevistas conforme a disponibilidade dos participantes. Destacamos que todos assinaram o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, afim de garantir a preservação da identidade dos mesmos. Após o cumprimento desta primeira etapa, o roteiro de entrevista foi aplicado aos profissionais de educação especial, assistência social e terapia ocupacional.

O roteiro de entrevista semiestruturada passou pela revisão de juízes que analisaram a credibilidade e viabilidade para aplicação aos participantes. Conforme os objetivos da pesquisa, foram elaboradas 14 perguntas divididas em três blocos temáticos: Dados de identificação, Informações sobre a Instituição e Profissionais, e Práticas Desenvolvidas.

Para breve descrição das instituições, as nomeamos da seguinte maneira: I<sup>1</sup>, I<sup>2</sup> e I<sup>3</sup>. Duas delas desenvolvem atividades pedagógicas e, também, contam com uma parte para atendimentos clínicos, com profissionais colaboradores das áreas de educação especial, assistência social, terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas.

A terceira instituição dispõe profissionais atuantes na área de educação especial, assistente social e monitores. I<sup>2</sup> e I<sup>3</sup> atendem um número menor de pessoas deficiência, já a I<sup>1</sup> atende cerca de duzentas pessoas entre os setores clinico e pedagógico. O público geral das instituições, são pessoas, na maioria adultas, com diversas deficiências, como: Deficiência intelectual, auditiva, motora, visual e transtorno do espectro autista.

Para a descrição dos entrevistados, foram utilizadas as siglas: E.E<sup>1</sup>, E.E<sup>2</sup> e E.E<sup>3</sup>, para os educadores especiais; A.S<sup>2</sup> e A.S<sup>3</sup>, para os assistentes sociais; e T.O<sup>1</sup> e T.O<sup>3</sup>, para os terapeutas ocupacionais. Os números na parte superior das siglas, se referem as instituições.

Os educadores especiais que participaram, têm idades entre 25 e 45 anos, dois deles com carga horaria semanal de 20hs e um com 40hs na instituição, tempo de

trabalho nas instituições variam de quatro a 14 anos. Os dois profissionais do serviço social com 25hs e 30hs semanais e idade média de 30 anos, tempo de atuação na instituição entre dois e cinco anos. E os terapeutas ocupacionais com 20hs e 30hs semanais de trabalho e de dois a seis anos atuando na instituição, com idade média de 30 anos.

### **3 | ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS**

Para desenvolvimento da análise dos dados coletados, foi realizada a transcrição e a leitura detalhada das entrevistas, onde organizamos categorias que respondessem aos objetivos da pesquisa. Essas foram divididas em fatores marcantes sobre o processo de institucionalização dos sujeitos e, também, das atividades de preparação para a vida adulta, no que tange a autonomia e independência, bem como a inserção no mercado de trabalho.

Os fatores marcantes destacados nomearam as categorias que serão apresentadas a seguir: Os primeiros passos para a chegada do sujeito na instituição e a organização dos profissionais; Autonomia e independência na vida adulta; e a Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

### **4 | OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CHEGADA DO SUJEITO NA INSTITUIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS:**

Nesta categoria, foram discutidos os fatores relacionados ao processo de encaminhamento e adaptação dos sujeitos nas instituições e também a organização dos planejamentos e atividades a serem desenvolvidas com eles.

Com o foco no processo de inclusão de pessoas com deficiências na vida adulta, buscamos compreender como estes sujeitos chegaram até as instituições. A partir dos relatos, percebemos que além da procura espontânea em alguns casos, as famílias vão a estes locais com objetivo de que seus filhos e/ou parentes mantenham uma forma de socialização.

Constatamos que algumas escolas e centros, encaminham os sujeitos até as instituições. Em uma das falas, E.E<sup>1</sup>, cita que os alunos chegam logo que completam maioridade, por já estarem saturados e por vezes sem rendimento na escola regular, e isso se mostrou bem comum nas outras instituições também.

A adaptação dos sujeitos que ingressam nas I<sup>1</sup> e I<sup>2</sup>, acontece através de uma conversa inicial com os terapeutas ocupacionais, que fazem uma avaliação de potencialidades e limitações apresentadas pelo sujeito, na intenção de compreender o que gosta de realizar e assim então, é feito o encaminhamento, para oficinas e grupos de convivência, os grupos de convivência também fazem parte da organização da I<sup>3</sup>, eles são estruturados pela faixa etária e também por turno, podendo ser revisto, caso

o aluno não se adapte ao grupo destinado.

Na I<sup>3</sup>, primeiramente é feito o encaminhamento a psicóloga, logo após a assistente social realiza uma entrevista com os familiares, verificando a qual setor o sujeito será encaminhado. Os profissionais citaram em específico a ficha de anamnese para compreender melhor as especificidades dos sujeitos.

Como base fundamental para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais, questionamos a forma como era pensado o planejamento e organização das atividades. De acordo com os educadores especiais, existe um planejamento anual, que pode ser adaptado aos objetivos dos alunos. Vejamos:

A gente faz um planejamento anual, com as metas que serão desenvolvidas, durante o ano e dentro objetivo geral, tem ali o planejamento se vocês quiserem dá uma olhadinha. (E.E<sup>1</sup>)

O planejamento a gente tem liberdade para fazer, no início do ano a coordenadora pedagógica (...), ela entrega os objetivos para turma, tem uns objetivos gerais ali e a gente tem liberdade para organizar como serão feitas durante o ano, (...) eu coloquei mais atividades que trabalhasse mais a cognição, aquelas atividades bem pedagógicas mesmo em outros momentos, que a gente não tinha a oportunidade de ter todas essas atividades eu fazia um planejamento diferente. (E.E<sup>3</sup>)

No trabalho do terapeuta ocupacional, os objetivos são traçados de acordo com a demanda do sujeito e assim se desenvolve um plano terapêutico, um conjunto de alternativa terapêuticas, definidas conforme a necessidade do sujeito avaliado. E com os assistentes sociais o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), utilizado para adaptar o currículo escolar conforme o aluno precise. Esse instrumento norteia o trabalho dos outros profissionais envolvidos também.

Durante a fala, E.E<sup>2</sup> destaca a importância do planejamento de atividades práticas direcionadas aos cotidianos destes sujeitos.

Pelo tempo que trabalho aqui, o que acredito que eles mais aproveitam são essas atividades do cotidiano, mesmo quando eu estava na faculdade eu achava o mais importante trabalhar o pedagógico, hoje eu vejo de uma forma diferente, eu acho muito mais útil para eles, por exemplo utilizar uma faca ou um talher sem se cortar, servir o seu próprio copo de leite, ou de suco, ou até mesmo ter noção de que vai num bolo, sabe, acho que essas atividades são as mais importantes que desenvolvam atividades que vão usar em casa. (E.E<sup>2</sup>)

As pessoas adultas com deficiência, as vezes permeiam os caminhos da tentativa da alfabetização, de colorir desenhos, aprender os numerais, as questões pedagógicas são de extrema importância para os sujeitos, porém, refletindo sobre esse olhar mais voltado a sua autonomia é fundamental, relacionar sua aprendizagem a ações que trarão qualidade de vida ao sujeito.

A partir disso o planejamento das atividades em ambas as instituições especializadas são organizados após a compreensão das particularidades de cada sujeito, organizando um trabalho relacionado as necessidades e interesses de cada um.

## 5 | AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA NA VIDA ADULTA:

Por se tratar de pessoas com deficiência na vida adulta, aprofundamos nosso objetivo a este ponto, principalmente na importância destas pessoas adultas serem vistas como tal, com responsabilidades e capazes de ter autonomia e independência.

Sasaki (2017, p. 14), conceitua autonomia como, “*a condição de domínio no ambiente físico-social, [...] controle nos vários ambientes que ela quer e/ou necessita frequentar para atingir seus objetivos*” e independência como, “*a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas (por exemplo, membros da família e profissionais especializados)*”.

Em uma de suas falas, a T.O<sup>3</sup> levanta a questão da infantilização destes sujeitos através da família e o quanto isso pode dificultar o trabalho do empoderamento desses sujeitos.

Aqui talvez é a questão do empoderamento do sujeito, como eles já são adultos, a gente trabalha muito essa questão que eles se apoiam muito ainda na família, como uma pessoa muito infantil, que não tenham responsabilidades como adulto, eu venho frisando para os pais, o que um adulto deve fazer na sua vida, o pai vem muito atrás de uma ocupação, então, o que é ocupar na vida adulta, enquanto na criança é o brincar, no adulto é trabalhar e estudar. (T.O<sup>3</sup>)

O termo “empoderamento” traz a utilização do poder pessoal do sujeito para fazer suas próprias escolhas e assumir o controle de sua vida (ARAUJO, 2011, p.187). Para estimular a autonomia dos alunos adultos, os profissionais de educação especial relataram como atuam neste aspecto em sala de aula, as instituições oferecem oficinas focadas do desenvolvimento de autonomia dos sujeitos.

São atividades de reciclagem, de artesanato, atividades de vida diária, a instituição I<sup>3</sup>, contava com uma padaria dentro da instituição, onde as pessoas com deficiência eram ensinadas e treinadas a trabalhar na produção da padaria, com acompanhamento de um responsável pelas atividades produzidas pelo sujeito, sendo possível direcionados para o mercado de trabalho.

Na oficina de reciclagem de papel, a gente trabalha dentro da questão dos materiais e também autonomia, independência pessoal, a gente faz passeio na comunidade, também trabalha a questão da autonomia deles, né, deles saírem lá na rua. (E.E<sup>1</sup>)

Eles têm atividades, por exemplo na cozinha, aprender a organizar, a lavar, organizar os armários, fazer bolo, organizar o lanche, trabalha bastante, com o grupo, com a questão, de manter a sala organizada, essas questões, que estão envolvidas no dia a dia deles mesmo, porque, o que a gente pensa, ficar trabalhando com cores, já não são atividades, tão usuais para eles, em qual momento da vida eles vão usar isso? (E.E<sup>2</sup>)

Um ponto que foi elencado por todos os profissionais entrevistados foi a participação da família, a importância do trabalho ser contínuo em casa, os alunos passam normalmente um turno nas instituições, alguns até período integral, mas a maior parte do dia, é em suas casas, comunidades, com seus familiares. É necessário que nesses ambientes possam aplicar o que aprendem nas oficinas e demais atividades

realizadas na instituição.

A gente trabalha o aluno aqui, mas se a gente não tiver o apoio e o suporte da família, é só aqui. É nesse momento aqui que eles fazem as coisas, e nos outros dias, os outros lugares, quando eles não estão aqui, como funciona? (A.S<sup>3</sup>)

O incentivo dos familiares no empoderamento do sujeito ajuda na capacitação dos mesmos. A terapeuta ocupacional relata que as vezes essas famílias não têm interesse nesse tipo de ação, que é confortável para a família que o sujeito fique parado frente à televisão, que para eles está bom dessa maneira. Que as vezes é mais fácil, do que um sujeito que evolui, se impõe, mostra e solicita o que gostaria, essas atitudes trazem um pouco mais de trabalho para alguns.

A gente tem umas grandes evoluções, de que eles se colocam na família, dizer que eu que vou fazer isso, eu consigo, eu quero [...] E as famílias que não querem empoderamento, para eles a situação que esta, ta ótimo, então ficam assistindo televisão, recebem todos os cuidados, ainda dão banho, comida na boca, vestem, fazem tudo. (T.O<sup>3</sup>)

Os profissionais pontuam em algumas falas, como essas atividades são importantes para a vida destes sujeitos com deficiência na vida adulta, ensinar eles a saírem na rua, se locomover, aprender a cozinhar, são o foco de aprendizagem no momento, pois contribui para a qualidade de vida tanto deles como da família.

Também, diante de algumas falas surgiram questionamentos sobre o papel do educador especial e do Terapeuta ocupacional, no trabalho de autonomia e independência do sujeito com deficiência. A resolução nº 407/2011 do CREFITO traz como responsabilidade do terapeuta ocupacional no contexto da saúde da família:

– Planejar, coordenar, desenvolver, prescrever, acompanhar, avaliar e reavaliar as estratégias de intervenção terapêuticas ocupacionais a fim de prevenir doenças, promover a saúde, a independência e autonomia no cotidiano quanto ao desempenho ocupacional, atividades de vida diária e instrumentais de vida diária, trabalho e lazer, acessibilidade, desmonte de processos de segregação e exclusão social, justiça ocupacional, emancipação social, desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural e estimular a participação e inclusão social da pessoa, família, grupos e comunidade em atividades culturais, expressivas, econômicas, corporais, lúdicas e de convivência;

Sendo, também, de responsabilidade do profissional atuante no atendimento educacional especializado promover atividades de vida autônoma (AVA) para contribuir na melhora do desenvolvimento dos alunos com deficiência (ALVES, GOTTI, 2006).

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o atendimento Educacional Especializado de 2008, está entre as atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

G. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.

Com esta categoria constatamos os pontos em destaque para efetivação da autonomia e independência das pessoas com deficiência, o quanto o incentivo dos familiares é importante para dar seguimento nas atividades desenvolvidas pelas instituições também em casa e assim o sujeito ter o poder de escolha. É este poder de escolha que permite torna o sujeito adulto, que ele possa demonstrar o seu interesse, como um sujeito na vida adulta.

## **6 | INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO:**

O marco da independência do sujeito adulto vem através da sua capacidade de se manter financeiramente, tem um emprego, uma renda. É um dos primeiros passos a ser dado após a conclusão da fase escolar. No caso do público da nossa pesquisa, buscamos compreender como as instituições agem desde a preparação para a inserção até o encaminhamento destes sujeitos até o mercado de trabalho.

Segundos os entrevistados, muitas empresas do comércio e mercados da cidade, buscam as instituições especializadas para indicação de pessoas para ocupar as vagas de emprego.

Se tem uma coisa que a gente encontra é o mercado de trabalho, para os deficientes tem muitas vagas, no comércio principalmente, vem procurar a instituição para inserir no mercado de trabalho. (E.E<sup>1</sup>)

De acordo com a Art. 93, da Lei nº 8.213/1991, uma empresa que conte com 100 ou mais empregados, tem como obrigação a reserva de 2% a 5% de vagas para pessoas com deficiência ou em reabilitação. Junto disso, o Decreto nº 3.298/1999, no Art. 6º, também garante o direito a pessoas com deficiência de se inserirem no mercado de trabalho:

III- incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

Os participantes da pesquisa citaram que é comum o interesse dos próprios alunos em participar neste âmbito, nas três instituições são ofertadas oficinas e atividades que incentivam os alunos para o mercado de trabalho.

Muitos quando a família insiste, e tem o interesse da família, sim, porque a gente é procurada pelas instituições. (E.E<sup>1</sup>)

Os alunos que tinham interesse e tinham o apoio da família para estar no mercado de trabalho já estão. (E.E<sup>3</sup>)

Por outro lado, percebemos que alguns alunos que tem potencial e interesse para trabalhar, acabam esbarrando em fatores de locomoção ou de acompanhamento durante o treinamento que ocorre dentro da empresa contratante, portanto, sem a participação de algum profissional da instituição. Levando até a desistência do sujeito

com deficiência através das dificuldades encontradas, vejamos:

Sobre o a inclusão no mercado de trabalho, falta alguma peça nesse quebra cabeça, não existe uma orientação deles na empresa, orientação para ela, mesmo junto conosco, porque eles chegam lá, e não compreendem que um espaço diferente daqui. (E.E<sup>2</sup>)

Eles não pedem nenhum pré-requisito, pode ser uma peça chave, porque eu não sei como é feita essa entrevista lá, se eles avaliam a compreensão para execução de ordem simples, eu não sei como é feito, a gente encaminha o que na nossa percepção tenha condições. (A.S<sup>2</sup>)

Eles têm condições de estar no mercado de trabalho [...] eles não conseguem chegar até o local, eles teriam que levar e as famílias não tem muito interesse que eles trabalhem, até porque alguns recebem o benefício, o medo de perder o benefício, aí barra dessa questão do benefício, ou esbarram com a questão que não conseguem chegar, e a família não tem condição de levar, precisariam de transporte. (E.E<sup>2</sup>)

Muitas destas famílias mantem seus filhos com deficiência a partir de uma auxilio do governo e esse é interrompido caso a pessoa seja inserida no mercado de trabalho.

O respaldo legal para este Benefício Assistencial De Prestação Continuada está no Art. 20 da Lei 8.742/93 e, também, no Art. 203, V, da Constituição Federal, trazendo que a contribuição objetiva garantir o amparo a família e ao sujeito com deficiência, assegurando um salário mínimo mensal a pessoa com deficiência que comprove, não possuir forma de se manter ou depender se sua família.

No momento em que o sujeito passa a ter vínculo empregatício, se torna um fator inibidor para os familiares incentivarem a permanência no mercado de trabalho. Isso é bem perceptível nas falas dos profissionais E.E<sup>1</sup>, E.E<sup>3</sup> e A.S<sup>3</sup>:

Mas em função do benefício a família acha melhor, não, eu tenho muitos aqui, muitos aqui que tem condições para o trabalho em mercados, escritório, mesmo ele alfabetizado em um escritório, só as vezes a família acha melhor ficar com o benefício (E.E<sup>1</sup>).

Tem alunos que tem condições de estar no mercado de trabalho, mas nem sempre é o interesse da família, as vezes ele tem condições de estar lá, mas a família não estimula (E.E<sup>3</sup>).

Alguns foram selecionados e foram para o mercado de trabalho, e outros por vários fatores, as vezes da família não querer [...] O medo de perder o benefício, uns não quiseram realmente trabalhar, a gente via que tinham potencialidade, mas não quiseram e outros a família não quis (A.S<sup>3</sup>).

Comumente, o primeiro passo após a conclusão de período escolar é a escolha de um curso superior ou a saída em busca de um emprego para tornar-se independente, as pessoas se tomam de novas responsabilidades e afazeres. Como é direito de todos, inclusive da pessoa com deficiência, constamos através das entrevistas, a grande procura das empresas nas instituições especializadas e também do incentivo que as instituições e profissionais fazem para proporcionar a inserção no mercado de trabalho, notamos que ainda são presentes barreiras para que esses sujeitos possam

alcançar esse direito de forma plena.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Observou-se nas instituições pesquisadas, um trabalho amplo que respalda as questões da vida adulta, mobilizando a família e, de certo modo, a sociedade para receber o sujeito com deficiência no âmbito social e de trabalho, buscando ainda desenvolver ou potencializar a autonomia dos mesmos.

Destacamos, também, que a preparação e encaminhamento para o mercado de trabalho é comum, e algumas empresas da cidade estão vinculadas as instituições, porém ainda existem barreiras no que diz respeito ao preparo e o acompanhamento específico do sujeito no espaço profissional. Ou seja, após a inserção desse sujeito no mercado de trabalho. Nesse sentido, ainda fica o questionamento referente a manutenção e permanência no espaço profissional.

No decorrer da pesquisa, a cada nova etapa surgiam novas atribuições colocadas e, assim, foi possível responder nossos objetivos, de forma a suprir alguns questionamentos, trazendo à tona novos conhecimentos e, também, um novo rumo ao qual devemos dar mais atenção.

É importante que se ampliem os estudos relacionados a vida adulta das pessoas com deficiência, para que possamos então, efetivar a inclusão, também nessa etapa da vida, proporcionando uma melhor qualidade de vida e oportunidade de escolha para esses sujeitos.

Para finalizar, cabe destacar que tratou-se de uma pesquisa de iniciação científica, muitos outros caminhos e discussões são possíveis e necessários.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO COFFITO Nº 407 de 18 de agosto de 2011** – Acessado em 15 de maio de 2017 – (<http://coffito.gov.br/nsite/?P=3170>).

\_\_\_\_\_. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#art203](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art203). Acesso em: 20/11/2017.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica** - Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm#art20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm#art20). Acesso em: 20/11/2017.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#art203](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art203). Acesso em: 20/11/2017.

ALVES, D. O., GOTTI, M. O. **Atendimento Educacional Especializado – Concepção, princípios e aspectos organizacionais** – MEC/SECADI Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. P.267 a 272.

ARAÚJO, R. M. **Empoeirando pais para a luta pelos direitos de seus filhos com deficiência: pesquisa-ação emancipatória.** São Carlos: UFSCar. 2011. 187F.

BRASIL, **Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999.** Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, DF.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa,** 4º ed., 2006 p. 41

SASSAKI, R. K. **Independência, autonomia e empoderamento da pessoa com deficiência.** Revista de Deficiência Intelectual. Ed. 12. São Paulo. 2017, p. 14-25

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. **O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?** Rev. Bras. Ed. Esp., Mai - Ago. 2005, v.11, Marília. 2005, p.273-294

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-431-3

